

De Estudantes a Guerrilheiros:

A trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a Luta Armada no Brasil nas Décadas de 1960 e 1970

Izabel Priscila Pimentel da Silva¹

Universidade Federal Fluminense

(Contato: belprisk@hotmail.com)

Em 1964, um golpe civil-militar derrubou o governo democrático do presidente João Goulart e colocou o Brasil sob uma ditadura que, a rigor, duraria mais de vinte anos e iria perseguir, cassar, censurar, prender, banir e matar as vozes dissidentes. A exacerbação da repressão deu-se a partir de dezembro de 1968, com o decreto do *Ato Institucional nº 5* (AI-5). Com o AI-5, oficializou-se o terrorismo de Estado. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais foram fechados e governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de opositoristas, o uso da tortura e do assassinato – tudo em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico”.

Nesse contexto, a tese da luta armada encontraria terreno fértil e seguidores ardorosos. As organizações de esquerda, que já vinham desenvolvendo algumas ações armadas, acreditaram estar no caminho certo e decidiram intensificar suas atividades revolucionárias. Outros grupos também se convenceram de que o recurso às armas era o melhor caminho a ser seguido. Assim sendo, dezenas de organizações lançaram-se às ações armadas nas cidades – uma “imersão geral na luta armada”, para usar a expressão cunhada por Jacob Gorender.² Chegara a hora da esquerda armada assumir, por um breve período, o centro do palco.

A opção pelas armas por parte das esquerdas brasileiras não foi uma inovação da década de 1960. A proposta de luta revolucionária armada remonta à influência anarquista no início do século XX e ao impacto da revolução soviética de 1917. O levante de 1935, organizado pelo Partido Comunista do Brasil³ no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte foi a experiência armada mais significativa das esquerdas antes dos anos 60. Ademais, já na década de 1960, as propostas de luta armada surgiram antes mesmo do golpe civil-militar de 1964. Nesse momento, além da Revolução Russa, as esquerdas eram influenciadas pelas experiências vitoriosas da Revolução Chinesa (1949) e,

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF); Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Professora de História da América na Universidade Castelo Branco (UCB) no Rio de Janeiro/Brasil.

² Jacob Gorender *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, Ática, São Paulo, 1999, p. 167.

³ Fundado em 1922, o PCB adotaria posteriormente o nome de *Partido Comunista Brasileiro*.

sobretudo, da Revolução Cubana (1959), além das lutas de libertação nacional no então chamado “Terceiro Mundo”.

Na década de 1960, o primeiro esboço de guerrilha foi abortado antes de ser efetivamente deflagrado, ainda no governo democrático de João Goulart, que era apoiado, não sem críticas, pelas principais forças das esquerdas. O *Movimento Revolucionário Tiradentes* (MRT), fundado em 1962, ligado às Ligas Camponesas e contando com o respaldo de Cuba, enviou militantes para treinamento guerrilheiro em algumas fazendas espalhadas pelo país. O campo de treinamento de Dianópolis, no Estado de Goiás, foi descoberto pela polícia em novembro daquele ano e, assim, exterminava-se, antes de começar, a primeira tentativa de luta armada no início dos anos 60.

Neste sentido, ressaltamos que *embora pouco expressivas e fracassadas, as tentativas de desencadear a luta armada no Brasil foram anteriores a 1964*. Contudo, seria no pós-64, já sob o regime ditatorial e uma intensa crise de representação dos partidos tradicionais de esquerda, que as ações armadas se proliferariam entre os grupos de esquerda. Segundo Marcelo Ridenti,

(...) se constituiu em 1964 um regime militar e civil que inviabilizou o projeto até então hegemônico de tomada institucional do poder pelas esquerdas, que foram duramente reprimidas após o golpe. A ditadura duraria mais de vinte anos, e as ações das esquerdas armadas transcorreram todas na vigência do regime militar em sua primeira década, de modo que elas seriam impensáveis fora do quadro concreto de combate à ditadura, ainda que o projeto das organizações guerrilheiras não se restringisse a derrubá-la.⁴

Segundo os dados levantados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*⁵, mais de quarenta organizações clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. Essas organizações revolucionárias, embora almejassem, em sua maioria, iniciar a guerrilha rural, ficaram notabilizadas por suas ações armadas *nas cidades*.⁶ Para arrecadar fundos e armamentos para desencadear a tão sonhada guerrilha rural, as organizações realizaram inúmeras *expropriações* de armas e bancos. Essas

⁴ Marcelo Ridenti “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”, em Jorge Ferreira y Daniel Aarão Reis (Comps) *Revolução e democracia (1964-...)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 27.

⁵ Trata-se de um amplo projeto, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, que procurou recuperar as regras do sistema jurídico que vigorou no Brasil a partir de 1964, quando da implantação da ditadura civil-militar, elegendo como fonte básica os autos dos processos judiciais instaurados durante o regime autoritário para apuração dos crimes de natureza política. A partir de mais de 700 processos completos reunidos pela equipe do projeto, localizados, sobretudo, no Superior Tribunal Militar, foi possível analisar as instituições jurídico-políticas no regime militar, a estrutura do aparelho repressivo, a legislação de segurança nacional, o perfil dos atingidos e as práticas de tortura sistemática.

⁶ No Brasil, somente uma organização conseguiu efetuar operações de guerrilha rural: o *Partido Comunista do Brasil* (criado em 1962, a partir de um “racha” com o PCB), que estabeleceu guerrilheiros na região do *Araguaia*, no sul do Pará e parte do Maranhão e Goiás, atual Tocantins. Entre 1972 e 1973, após três campanhas militares, os guerrilheiros foram assassinados pelo Exército e tiveram seus corpos ocultados, constituindo-se até hoje em *desaparecidos políticos*.

ações urbanas também funcionaram como treinamento para os guerrilheiros e propaganda armada da revolução e, implicitamente, sustentaram os *aparelhos*⁷ e a infra-estrutura clandestina das diversas organizações. Posteriormente, sobretudo após as intensas levadas de prisões de militantes, as organizações adotaram uma nova tática revolucionária: a captura de embaixadores e diplomatas, trocados por centenas de presos políticos.

A guerrilha urbana – qualificada pelo governo e pela grande imprensa como “terrorismo” – surpreendeu, inicialmente, o aparelho repressivo do Estado, que, no entanto, não tardou em aperfeiçoar-se e profissionalizar-se no combate à “subversão”, sobretudo após a edição do AI-5. Nesse sentido, os altos comandos militares iniciaram a construção de uma estrutura policial-burocrática, calcada na espionagem, coleta de informações e operações policiais e voltada, sobretudo, para a captura e interrogatório dos opositores políticos do regime, incluindo, entre seus métodos, o uso sistemático da tortura. Este aparelho repressivo dizimaria impiedosamente a esquerda armada brasileira ainda na primeira metade da década de 1970.

Entre essas 40 organizações revolucionárias atuantes ao longo da última ditadura brasileira, o presente artigo privilegiará a trajetória da *Dissidência Comunista da Guanabara*, posteriormente conhecida como *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*. As origens dessa organização remontam ao pré-1964 e às acirradas divergências internas que abalaram o *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), em especial suas bases universitárias. Os partidos e movimentos de esquerda brasileiros sofreram profundamente o impacto do golpe e da derrota sem resistência das forças progressistas, sobretudo o PCB, que, mesmo permanecendo na ilegalidade, viveu seu período de apogeu na década de 1960, representando o principal expoente das esquerdas. No entanto, embora o PCB fosse a maior força no seio das esquerdas consideradas mais radicais, o “Partidão” – como era apelidado – passou a sofrer a concorrência de grupos políticos *mais à esquerda*.

A contestação ao PCB e o questionamento à sua hegemonia no campo das esquerdas eram feitos por diversas organizações como o *Partido Operário Revolucionário* (Trotskista), o POR(T), surgido em 1952; a *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* (ORM-POLOP), fundada em 1961; a *Ação Popular* (AP), formada a partir de quadros da *Juventude Universitária Católica* (JUC) e constituída entre 1962 e 1963 e o *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), criado em 1962 a partir de um “racha” no próprio PCB.

No imediato pré-64, de uma maneira geral, todos esses grupos – do PCB, então a principal força das esquerdas, até as organizações que rivalizavam com ele – confiavam na força das esquerdas. Contudo, o otimismo das esquerdas foi sobrepujado pelo golpe civil-militar das direitas. Um golpe que, praticamente, não enfrentou resistências. Após a vitória dos golpistas, iniciou-se um processo de “autocrítica”, de levantamento dos “erros” e busca por “culpados” pela derrota, provocando “sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal

⁷ “Aparelhos” era o nome dado pelos guerrilheiros às casas e apartamentos, onde estes militantes clandestinos moravam, realizavam reuniões e guardavam armas, documentos e material de propaganda revolucionária.

força das fileiras derrotadas”.⁸ Acusado de cautela excessiva e conservadorismo, o PCB perdeu prestígio e influência política, sendo abalado por sucessivas e desgastantes cisões internas. O partido partia-se.

Portanto, para além da oposição *externa*, o PCB também era pressionado, questionado e confrontado *internamente*. E seria de dentro das fileiras do “Partidão” que surgiriam rebeldes – dos mais diversos matizes – que iriam desafiar abertamente a direção partidária. As divergências se aprofundariam e tornariam a relação com e a permanência no partido impraticáveis. Um abismo intransponível, onde foram gestados os embriões de organizações revolucionárias que, em pouco tempo, iriam ofuscar o velho partido comunista. “Velho” não só no sentido de antigo, mas de arcaico, ultrapassado, retrógrado, na concepção dessas organizações. Se não era possível mudar o PCB, era preciso *mudar-se dele*, sair, romper, “rachar”, ir além, partir pra outra e consolidar um novo campo de “novas” esquerdas – dissidentes, alternativas, radicais, revolucionárias.

As divergências no interior do PCB – de onde surgiram algumas das organizações da “nova esquerda” brasileira – podem ser divididas em duas vertentes: a primeira era a chamada *Corrente Revolucionária*, que reuniu nacionalmente diversos setores que se opunham à direção do partido⁹; a outra vertente das divergências internas do PCB estruturou-se em torno das chamadas *Dissidências*, basicamente formadas por setores estudantis. As DI’s, como ficaram conhecidas, surgiram em vários Estados, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Contudo, seria no então Estado da Guanabara¹⁰ que a Dissidência do PCB alcançaria maior relevância no cenário político e estudantil dos anos 1960.

Ainda em 1964, surgiu na Guanabara uma *fração*, reunindo militantes comunistas universitários, contrários aos rumos sugeridos pela direção do PCB. Segundo a definição proposta por Marcelo Ayres Camurça e Daniel Aarão Reis, o termo “fração”, no jargão comunista, refere-se a um “agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas”.¹¹ Os *fracionistas* eram aqueles que não aceitavam as decisões das majorias e tentavam articular, por fora das instâncias autorizadas pelo estatuto partidário, determinadas atividades secretas. Como nos estatutos do “Partidão” as frações eram formalmente

⁸ Marcelo Ridenti *O fantasma da revolução brasileira*, Editora UNESP, São Paulo, 1993, p. 28.

⁹ A *Corrente Revolucionária* era encabeçada por Carlos Marighella, de São Paulo; Jacob Gorender, no Rio Grande do Sul; Mário Alves, em Minas Gerais; e Apolônio de Carvalho, no antigo Estado do Rio de Janeiro. A luta interna no PCB se intensificou a partir de maio de 1965, quando o Comitê Central reuniu-se pela primeira vez após o golpe de 1964 e reafirmou a linha política de 1960, atribuindo a derrota aos chamados *desvios de esquerda*. Em 1967, os principais membros da *Corrente Revolucionária* foram formalmente expulsos do “Partidão” e, junto com as levas de militantes que os seguiram na saída do PCB, dariam origem, posteriormente, ao *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR) e à *Ação Libertadora Nacional* (ALN).

¹⁰ Com a mudança da capital do Brasil para Brasília, em 1960, o município do Rio de Janeiro (antiga capital) tornou-se o Estado da Guanabara, o único caso no Brasil de uma cidade-estado. Essa situação perduraria até 1975, quando se realizou a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, mantendo a denominação de Estado do Rio de Janeiro, tornando-se a cidade do Rio de Janeiro a capital fluminense.

¹¹ Marcelo Ayres Camurça y Daniel Aarão Reis “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”, em Jorge Ferreira y Daniel Aarão Reis (Comps) *Revolução e democracia (1964-...)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 145.

proibidas, o chamado *fracionismo* era considerado um grave “desvio”. No caso concreto, quando os estudantes comunistas começaram a organizar sua dissidência em relação ao PCB, o fizeram sob a forma de uma fração, *clandestina* aos olhos da direção partidária. Assim, só sabiam da existência dessa fração os militantes que nela estavam.

Essa “fração” era basicamente constituída por estudantes comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade de Direito (pertencentes à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), unidades onde o PCB contava com um número razoável de militantes que, no entanto, passaram a contestar as orientações teóricas e práticas do Partido. Essa *fração* difundiu-se nas universidades cariocas, atraindo um número cada vez maior de estudantes comunistas, muitos “calouros”¹², que já eram convocados a travar a luta interna no “Partidão”. Além disso, os *fracionistas* chegaram a estabelecer contatos com militantes universitários comunistas de outros Estados. Para tanto, contribuíram a “Ação Popular” e a “POLOP”, que apresentaram contatos e conexões, em outras faculdades na Guanabara e demais Estados. Como estas organizações também discordavam das orientações gerais do PCB e queriam seu enfraquecimento ou desagregação, eram simpáticas ao fortalecimento dos dissidentes do Partido. Não tardaria e essa dissidência clandestina viria à tona, consolidando o abismo que já se instalara entre os *pecebistas* e os *dissidentes*.

Finalmente, em 1966, por ocasião das eleições parlamentares, inserida no contexto de crescente radicalização estudantil e de aprofundamento das divergências com as táticas e estratégias propostas pelo PCB, a recusa em obedecer as orientações do partido culminou no rompimento definitivo dos *dissidentes* com o Partido Comunista Brasileiro. Assim sendo, em novembro de 1966, o “Partidão” partia-se, novamente. Neste “racha”, muitos militantes – que, na prática, já estavam desvinculados da direção do PCB – abandonaram as fileiras do velho partido comunista e fundaram, agora oficialmente e não mais como *fração*, uma nova organização.

A partir de então, no contexto de crescente mobilização e radicalização do movimento estudantil, a Dissidência da Guanabara encontrou terreno fértil para sua organização e consolidação no meio estudantil e político nacional, garantindo seu lugar entre as organizações de esquerda mais atuantes e combativas no pós-1964 e cuja atuação, um pouco mais tarde, romperia os limites universitários.

Após superar, em 1967, um processo de luta política interna¹³, a DI-GB traçou uma trajetória ascendente, inserida no contexto de ebulição do movimento estudantil brasileiro, sobretudo no

¹² No Brasil, o estudante que acaba de ingressar em uma faculdade, ou seja, que está matriculado no 1º período do curso de graduação, é apelidado de *calouro*.

¹³ Alguns militantes da organização defendiam a integração na *Corrente Revolucionária*, que ainda estava travando a luta interna dentro do PCB; outros propunham a adesão ao *PCdoB* e, por fim, figuravam os que almejavam consolidar a nova organização, na expectativa de formar uma organização nacional, com as demais dissidências. Dessa forma, cerca de um ano após o “racha” com o PCB, foi a vez da própria Dissidência *rachar-se* nestas três vertentes, além da criação um pouco mais tarde, por alguns militantes, da Dissidência da Guanabara (DDD). Os que debandaram para a *Corrente Revolucionária* posteriormente ingressariam no *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB) e/ou no *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR). Por sua vez, os que fundaram a DDD, defensores do “foquismo” e, em grande parte, presentes no

emblemático ano de 1968, quando, em todo o mundo, a *revolução* ganhava corações e mentes. Ao privilegiar as reivindicações de caráter estudantil, sem perder de vista as bandeiras da luta política mais geral, a DI-GB viu seu prestígio aumentar, juntamente com seu poder de mobilização, que, em 1968, alcançou seu maior grau. Assim sendo, a Dissidência da Guanabara exerceu liderança incontestada no movimento estudantil carioca, ao mesmo tempo em que ampliou sua expressão nacionalmente.¹⁴

A Dissidência Comunista da Guanabara também se notabilizou pela valorização da formação teórica de seus militantes. Assim sendo, ela pode ser considerada, entre as demais organizações revolucionárias, um dos grupos mais intelectualizados do período. A maioria de seus militantes – como acontecia com as demais organizações – era formada por homens¹⁵, jovens, oriundos das camadas médias, residentes em grandes cidades e, sobretudo, por estudantes. Até 1968, a estrutura interna da Dissidência da Guanabara era muito parecida com a do PCB: a organização contava com um secretário político, um secretário de massas, um secretário de organização, um secretário de agitação e propaganda e um secretário de educação. Vale lembrar que, até este período, a DI-GB estava basicamente voltada para o movimento estudantil, setor ao qual estava vinculada a maioria de seus militantes e de onde vinha a principal força da organização. A partir de 1968, a Dissidência iniciou um trabalho junto ao movimento operário, que se consolidaria em 1969, chegando inclusive a deslocar alguns de seus militantes para fixar residência em comunidades carentes da Guanabara e participar de cursos técnicos, visando integrá-los às atividades nas fábricas, aproximando-se efetivamente da vida operária.

Além disso, a Dissidência da Guanabara, ao longo de sua trajetória, vislumbrava a integração numa organização maior, com bases sociais mais amplas e penetração em outros Estados. Contudo, apesar das tentativas ou expectativas, não foi possível viabilizar uma articulação nacional com as demais Dissidências do PCB – que, em cada Estado, seguiram rumo próprio – nem tampouco uma fusão orgânica com outras organizações revolucionárias. Assim sendo, a DI-GB seguiu trajetória própria, mas percorreu caminhos semelhantes aos traçados pelas demais organizações revolucionárias, caminhos que por vezes se entrelaçavam.

A partir do segundo semestre de 1968, quando o movimento estudantil entrou em refluxo e a ditadura reprimiu sem clemência os que insistiram em organizar o movimento, as lideranças estudantis

movimento estudantil secundarista, integrariam, posteriormente, os *Comandos de Libertação Nacional* (COLINA).

¹⁴ Para uma análise detalhada da atuação e consolidação da DI-GB no cenário estudantil e político nacional ao longo da década de 1960, conferir: Izabel Priscila Pimentel da Silva *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*, Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

¹⁵ Isso não significa que as mulheres não exerceram um papel de destaque no interior dessas organizações. Aliás, o número de mulheres processadas por vinculação aos grupos armados foi superior ao de mulheres processadas por integração às esquerdas tradicionais. Segundo os dados levantados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*, a participação feminina no MR-8 foi maior que a média nacional da esquerda armada (18,3%) e chegou ao percentual de 18,9%. Dentro da organização, Vera Sílvia Magalhães chegou à Direção Geral, num contexto em que poucas mulheres ocuparam os cargos máximos dentro da hierarquia das organizações revolucionárias brasileiras.

e os que compunham a chamada “massa avançada” – que já militavam em organizações de esquerda comprometidas com a ideia de preparar a luta armada – passaram à militância política além das fronteiras escolares, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil.

Inserida no contexto marcado pelo refluxo do movimento estudantil e radicalização das lideranças, onde diversas organizações da esquerda brasileira optaram pelo recurso às armas, a Dissidência da Guanabara, que já defendia a perspectiva da luta armada, também adotou formas mais radicais de luta. Em fins de 1968, a DI-GB já se envolveu em ações armadas, mas seria em abril de 1969, por ocasião da realização (clandestina) de sua III Conferência, que os *dissidentes* cariocas se definiram enquanto “organização comunista empenhada na guerra revolucionária”¹⁶ e adentraram, efetivamente, na guerrilha urbana.

Se até 1968, a DI-GB estava voltada *basicamente* para o movimento estudantil, a partir de 1969, seus recursos, seus militantes e seus projetos voltar-se-iam também, e sobretudo, para a preparação da luta armada. Em 1969, a organização apresentou o documento “Linha Política”¹⁷, cuja breve análise nos ajudará a compreender os pressupostos teóricos e as propostas práticas da organização. No texto, a organização defende a luta armada como “caminho essencial para a liquidação da exploração do trabalho do homem pelo homem, embora os revolucionários devam considerar a diversidade dos métodos que este caminho pode assumir tendo em vista as características de cada situação concreta”.¹⁸

Ao analisar a realidade brasileira, a DI-GB avalia o papel da burguesia nacional como aliada ao imperialismo e, portanto, a julgava incapaz de “dirigir ou participar de uma luta radical antiimperialista”.¹⁹ Além disso, o documento caracteriza a contradição principal na sociedade brasileira como “a que opõe o proletariado à burguesia, compreendendo-se esta como resultante de um processo de integração/dependência entre o imperialismo e a burguesia local. Nesta medida, destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa”.²⁰ Portanto, ao contrário do que defendia o PCB, os dissidentes cariocas excluía a burguesia da participação na luta revolucionária, pois ela estaria intrinsecamente vinculada às forças imperialistas, que se pretendia combater.

O proletariado representaria a força mais importante dentro do processo revolucionário. Ao lado do proletariado, outras forças também seriam estratégicas para a revolução, como os camponeses, o semiproletariado rural e os setores empobrecidos das camadas médias da população. Assim como os operários, os interesses desses setores não poderiam ser satisfeitos dentro do sistema capitalista. Por se

¹⁶ Dissidência Comunista da Guanabara, “Linha Política”, abril de 1969, em Daniel Aarão Reis y Jair Ferreira de Sá (Comps) *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*, Expressão Popular, São Paulo, 2006, p. 440.

¹⁷ *Idem*, p. 430-441.

¹⁸ *Idem*, p. 432.

¹⁹ *Idem*, p. 433.

²⁰ *Idem*.

tratar de uma organização oriunda do movimento estudantil, o documento da DI-GB não poderia deixar de destacar o papel dos estudantes secundaristas e universitários, bem como dos intelectuais: “Sua exigência de liberdade de opinião choca-se com a prática e as exigências do Estado monopolista. Suas reivindicações neste nível poderão ser igualmente satisfeitas de forma radical pela vitória da revolução das classes exploradas”.²¹ A luta revolucionária englobaria todos estes setores e culminaria na formação de uma “Frente Única”. A Dissidência Comunista da Guanabara defendia ainda a “etapa socialista da revolução brasileira”.²² Nesse sentido, também se diferenciava de sua matriz, o PCB, que preconizava a revolução em duas etapas, sendo a primeira “burguesa” ou de “libertação nacional”. Somente a ditadura do proletariado levaria a cabo transformações radicais na estrutura sociopolítico-econômica.

O caminho essencial para a revolução seria a guerra revolucionária. Esta guerra não se limitaria a uma única forma de luta determinada. Nesse sentido, é importante destacar que a organização defendia que *a adoção da luta armada não deveria excluir outras formas de luta não armadas*, ao contrário, estas diferentes formas de luta deveriam caminhar lado a lado no bojo do processo revolucionário. Assim sendo, a Dissidência da Guanabara, apesar de ter se engajado nas ações armadas, não pode ser considerada uma organização *militarista*, pois ao contrário de outros grupos, a DI-GB nunca menosprezou nem abandonou as lutas de massas.²³

Em 1969, com base em suas ambições revolucionárias, a DI-GB alterou sua estrutura interna: foi abandonada a divisão em secretariados (político, de massas, de organização, de agitação e propaganda e de educação) e foram criadas três frentes: a *Frente de Trabalho Armado* (FTA), dirigida por Cláudio Torres; a *Frente de Trabalho Operário* (FTO), comandada por Daniel Aarão Reis e a *Frente de Trabalho das Camadas Médias* (FTCM), chefiada por Franklin Martins. Estes três dirigentes formavam a Direção Geral da Dissidência Comunista da Guanabara.

As primeiras ações armadas da DI-GB, no início de 1969, foram *expropriações*: bancos, carros-fortes e o famoso Bar Castelinho, localizado em frente à praia do Arpoador. Além disso, seguindo o exemplo de outras organizações, a DI-GB também *expropriou* armas de guardas, sentinelas e patrulhas policiais. A primeira grande ação da organização – e a mais rendosa financeiramente – ocorreu em agosto de 1969: o assalto (com fins revolucionários) à casa do então deputado federal Edgard Guimarães, no bairro de Copacabana. Três militantes da organização entraram no apartamento disfarçados de repórteres da revista *Realidade*, para a realização de uma entrevista, previamente agendada. Foram levados do apartamento cerca de trinta mil dólares e jóias, que serviriam para

²¹ *Idem*, p. 435-436.

²² *Idem*.

²³ Organizações esquerdistas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas. A *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) e a *Ação Libertadora Nacional* (ALN) são consideradas as organizações que mais extremaram o militarismo em sua prática revolucionária.

angariar armas e para a manutenção dos *aparelhos* e sustento dos militantes já na clandestinidade. Essas ações armadas tinham também uma *função de agitação e propaganda*.

No que tange ao trabalho junto às camadas médias – de onde se originava a maioria dos militantes da organização –, o movimento estudantil, que dera fôlego e projeção à DI-GB, encontrava-se praticamente paralisado. A *Frente de Trabalho das Camadas Médias* concentrava-se na distribuição clandestina do jornal *Resistência*, mas os trabalhos, há muito, não conquistavam apoio de setores expressivos da sociedade. A *Frente de Trabalho Operário* atuava basicamente em ações de propaganda armada nas portas de fábricas, tentando recrutar operários para a organização. Ricardo Vilas Boas, que atuava neste setor dentro da DI-GB, relata:

Nossa organização vinha do movimento estudantil, de onde vinham praticamente todos os seus militantes, oriundos do movimento estudantil, da classe média, da Zona Sul. E precisávamos conquistar a classe operária para nossa organização. Nosso papel era recrutar operários, desenvolver o movimento operário, entrar nas fábricas, construir bases nas fábricas. (...) Fazíamos levantamento das fábricas em nossa região, íamos para as portas de fábrica, na abertura, na hora do almoço ou na saída. Nós mesmos produzíamos os panfletos. Havia todo um trabalho de levantamento, de tentar obter informações sobre o funcionamento daquela fábrica, ver se havia conflitos especiais ali. (...) Preparávamos ações, fazíamos panfletagem em porta de fábrica. (...) já tínhamos a perspectiva de morar mais para a Zona Norte, desviar um pouco o eixo da vida para uma área mais popular, sair um pouco da Zona Sul.²⁴

Apesar de seus esforços, a Dissidência da Guanabara não conseguiu conquistar amplo apoio junto aos operários. Os contatos eram escassos e nenhum militante da organização era efetivamente operário. Se as atividades da “Frente de Trabalho das Camadas Médias” encontravam-se enfraquecidas, devido ao refluxo dos movimentos sociais e se os esforços da “Frente de Trabalho Operário” não se convertia efetivamente em uma ampla rede de contatos e militantes nas fábricas, a *Frente de Trabalho Armado* continuava com força total, realizando importantes ações de *expropriações* de bancos e armas. No entanto, o maior feito da FTA e, conseqüentemente, da organização, ainda estava por vir.

Em agosto de 1969, a Direção Geral da DI-GB convocou alguns membros da Frente de Trabalho Armado para uma reunião extraordinária em um dos seus *aparelhos*, sob recomendação de sigilo absoluto. Lá, os militantes foram informados de um ousado plano: capturar o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, para trocá-lo por presos políticos, visando principalmente libertar Vladimir Palmeira, o principal líder estudantil da organização, preso desde outubro de 1968,

²⁴ Ricardo Vilas Boas de Sá Rego *apud* Sílvio Da-Rin *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2007, p. 32-34.

após a invasão do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado na cidade de Ibiúna, no interior paulista.

Vera Sílvia Magalhães foi a responsável pelo levantamento de informações sobre a rotina do embaixador, que revelou a fragilidade de seu esquema de segurança. Contudo, a operação exigia uma preparação à altura do desafio que ela representava. A Dissidência da Guanabara decidiu então solicitar o apoio da Ação Libertadora Nacional. Em contato com Joaquim Câmara Ferreira (o “Toledo”), o segundo principal dirigente da ALN, foi acertado que a ação seria feita em conjunto entre as duas organizações.²⁵ Franklin Martins, então membro da direção da DI-GB, relembra os motivos que levaram a organização a propor essa parceria: “Do ponto de vista militar, nós faríamos a ação. A ação era simples do ponto de vista militar. Do ponto de vista político era um erro fazer sozinho. Tinha que ser feita conjuntamente, porque era uma ação de uma envergadura política”.²⁶

No dia 4 de setembro de 1969, os revolucionários capturaram o embaixador estadunidense, ao interceptar o carro que o transportava, na rua Marques, em Botafogo. Participaram da ação: Cláudio Torres da Silva, Franklin de Souza Martins, Cid Queirós Benjamin, João Lopes Salgado, Vera Sílvia Magalhães, Sérgio Rubens de Araújo Torres e João Sebastião Rios de Moura (pela DI-GB) e Virgílio Gomes da Silva, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto e Paulo de Tarso Venceslau (pela ALN). No mesmo dia, foi encontrado um manifesto escrito pelos revolucionários, com duas exigências básicas: a libertação de quinze prisioneiros políticos com garantia de sua transferência segura para o exterior e a divulgação do próprio manifesto, na íntegra, nos principais meios de comunicação do país. O governo tinha 48 horas para responder publicamente se aceitava a proposta.

Nunca houvera no Brasil uma ação de tamanha ousadia. As negociações entre os guerrilheiros e a governo militar foram de domínio público. Os jornais eram informados pelos guerrilheiros, antes do governo, sobre a localização de bilhetes do embaixador à sua esposa – escritos com autorização de seus captores – ou da lista dos presos políticos a ser trocados pelo diplomata. Assim sendo, o governo se viu obrigado a romper a censura à imprensa, já que ela era sua fonte de informação. Todos acompanhavam pelos jornais o desenrolar das negociações entre revolucionários e militares. O assunto tomou conta das ruas, das conversas de bar e alcançou repercussão internacional. As esquerdas brasileiras, por sua vez, ficaram profundamente entusiasmadas com o feito dos camaradas guerrilheiros.

Em troca do embaixador, os guerrilheiros conseguiram, além da publicação de seu manifesto nos principais veículos de comunicação do país, a libertação de 15 presos políticos²⁷, banidos – esta

²⁵ Carlos Mariguella, principal líder da ALN, não participou da reunião, pois estava no Rio de Janeiro e não teve conhecimento do que se preparava. Vale lembrar que os núcleos da ALN possuíam autonomia para executar ações revolucionárias, sem precisar da autorização formal de uma direção.

²⁶ Franklin Martins *apud* Silvio Da-Rin *op. cit.*, p. 299.

²⁷ Os nomes escolhidos para serem trocados pelo embaixador representavam o leque diverso das esquerdas brasileiras: Gregório Bezerra (histórico dirigente do PCB), Vladimir Palmeira (DI-GB), José Dirceu (DISP), Luís Travassos (AP), José Ibrahin (VPR), Ivens Marchetti (DI-RJ), Flávio Tavares (MNR e MAR), João Leonardo da Silva Rocha (ALN e MOLIPO), Onofre Pinto (MNR e VPR), Ricardo Zarattini (ALN), Mário

foi a figura jurídica “inventada” pela ditadura para legalizar a saída dos presos do país – e levados ao México, a bordo do avião Hércules 56 da Força Aérea Brasileira. O sucesso da ação, do ponto de vista dos guerrilheiros – suas exigências foram cumpridas pelos militares; ninguém saiu ferido ou preso durante a operação e o embaixador foi libertado, em perfeitas condições, após a chegada ao México dos presos políticos selecionados –, parecia imprimir no horizonte um vermelho revolucionário.

Foi no curso da ação da captura do embaixador estadunidense que a Dissidência Comunista da Guanabara empreendeu outra importante guinada em sua trajetória: a mudança do nome da organização, que passou a se chamar *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). Na hora de assinar, junto com a ALN, o manifesto revolucionário, redigido por Franklin Martins, em que expuseram suas razões e exigências, surgiu a dúvida: como assinar? Como destacou Gorender, se assinassem como “Dissidência da Guanabara” surgiria uma interrogação para o público não iniciado: Dissidência de quê?²⁸ Já Alberto Berquó, com base em entrevistas com os participantes da ação, informa que a direção da DI-GB questionou-se: “como a organização assinaria? Dissidência da Guanabara? DI? Soava ridículo. Isso não era nome público de organização revolucionária”.²⁹

Na realidade, a DI-GB adotou o nome de MR-8 para desafiar a ditadura. Quando a repressão desbaratou uma pequena célula de militantes políticos³⁰, anunciou triunfantemente que destruíra o “grupo terrorista” MR-8 – nome criado pela própria repressão a partir do título de um jornalzinho encontrado com os militantes.³¹ Ao assumir o suposto nome da organização recentemente aniquilada, a DI-GB objetivava fazer uma jogada publicitária, uma espécie de contra-propaganda, para desacreditar o sucesso que a repressão anunciara. Os jovens da Dissidência Comunista da Guanabara, ao assinarem o manifesto que foi entregue à imprensa após o rapto, rebatizaram-se de MR-8, provando à ditadura que a revolução continuava viva e forte. Na continuidade do nome, estava a continuidade da luta: “De agora em diante nos chamaríamos MR-8. O MR-8 éramos nós”.³²

Portanto, o ano de 1969 representa um “divisor de águas” na história da DI-GB: a opção oficial pela luta armada, a captura do embaixador, a notabilidade entre as organizações revolucionárias, a mudança de nome. A organização afastava-se cada vez mais de seu passado recente de grandes mobilizações estudantis, manifestações de rua e articulação com os movimentos sociais e enveredava-se nas ações armadas urbanas, esboçando tentativas (frustradas) de deflagrar a guerrilha rural e caminhando para um crescente isolamento social. De 1969 até o início da década de 1970, a trajetória

Zanonato (*Corrente mineira*), Agonalto Pacheco (ALN), Rolando Frati (ALN e *Tendência Leninista*), Maria Augusta Carneiro (DI-GB) e Ricardo Vilas (DI-GB).

²⁸ Jacob Gorender *op. cit.*, p. 182.

²⁹ Alberto Berquó *O seqüestro dia-a-dia*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997, p. 71.

³⁰ Tratava-se da Dissidência Estudantil do Rio de Janeiro (DI-RJ), surgida em Niterói e que, desde o final de 1968, tinha optado pelo afastamento das cidades, transferindo seus militantes para duas fazendas em Cascavel e Montelândia, no Estado do Paraná, onde organizariam um foco guerrilheiro, que deveria atuar na região de Foz do Iguaçu.

³¹ O nome “Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)” fazia referência à data da morte do líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara, em 08 de outubro de 1967, na Bolívia. No entanto, hoje se sabe que “Che” foi capturado no dia 8 de outubro, mas só foi assassinado no dia seguinte, em 9 de outubro de 1967.

³² Fernando Gabeira *O que é isso, companheiro?*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982, p. 96.

da Dissidência Comunista da Guanabara, agora chamada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, possuiu um traço de continuidade, ou seja, tratava-se, *na prática*, da *mesma organização*, ainda que tenha adotado um novo nome, empregando novos métodos e vivenciando uma nova etapa em sua história.

Após a ação da captura do embaixador, o MR-8 (como passou a ser conhecida a DI-GB) viu seu prestígio aumentar, mas ao mesmo tempo, teve de enfrentar – junto com as demais organizações – a intensificação da repressão ditatorial. Logo após a ação revolucionária, o governo editou dois novos atos institucionais (nº 13 e nº 14), que decretavam, respectivamente, a pena de banimento para os presos políticos trocados pelo embaixador e a adoção da pena de morte para crimes de “guerra subversiva”. A repressão tornou-se ainda mais feroz. Em pouco tempo, quase todos os participantes da ação da captura do embaixador foram presos, torturados e alguns mortos. Aliás, a prisão, a tortura, a morte ou o exílio tornaram-se destinos quase certos para os participantes da luta armada no Brasil.

Com o avanço da repressão, o MR-8 decidiu intensificar sua atuação no meio operário. O jornalista Fernando Gabeira foi deslocado para São Paulo, onde foi abrigado por quadros operários ligados à ALN. O trabalho político, no entanto, não foi à frente, pois Gabeira foi logo preso e o setor operário a que estava vinculado desarticulou-se. Nesse contexto, o *Oito*, como se apelidara a organização, “cercado nas cidades, e, nas cidades, cercado”³³, agonizava.

Para fugir do cerco da repressão, o MR-8 optou por transferir alguns de seus militantes para outros Estados, sobretudo para a Bahia, onde a organização contou com a adesão de novos militantes, entre eles José Campos Barreto, o “Zequinha”, jovem líder operário e ativista sindical, que teve participação de destaque na greve dos metalúrgicos de Osasco (São Paulo) em 1968 e optou pela transferência da *Vanguarda Popular Revolucionária* – organização a qual se integrou após a greve, quando passou à clandestinidade – para o MR-8, que, finalmente, conseguia um militante operário, que, no entanto, estava bem longe do chão da fábrica. Ainda em 1970, o MR-8 esboçou tentativas de coligação com outras organizações, sobretudo ALN e VPR, que chegaram a formar uma *frente clandestina*, que não evoluiu no sentido da fusão orgânica, mas restringiu-se a execução de ações conjuntas.

A conquista de novos militantes na Bahia parecia conferir um novo fôlego ao MR-8, sobretudo a partir de abril de 1971, quando se transferiu para a organização, egresso da VPR, o capitão Carlos Lamarca, que, junto com Carlos Marighella, tornou-se um dos maiores símbolos da esquerda armada brasileira. Militar exemplar, Lamarca trocou uma carreira brilhante no Exército pela clandestinidade da luta armada. Ao desertar, desviou armas do quartel de Quintaúna (São Paulo) para a guerrilha e ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Como revolucionário, participou de algumas das ações mais espetaculares da luta armada, como, em 1969, a *expropriação* do cofre com os dólares do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e, no ano seguinte, as capturas dos embaixadores

³³ Expressão de Carlos Vainer *apud* Marcelo Ayres Camurça y Daniel Aarão Reis *op. cit.*, p. 137.

alemão e suíço, trocados por quarenta e setenta presos políticos respectivamente. Em 1971, já como militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), partiu para o sertão baiano a fim de começar a guerrilha rural.

O capitão juntou-se a Zequinha, o operário que voltara de Osasco para o sertão que o viu nascer e onde pretendia deflagrar a tão sonhada guerrilha rural. No lugarejo de Buriti Cristalino, no município de Brotas de Macaúbas, Lamarca e Zequinha pouco puderam fazer pela revolução. Isolados, sem conquistar o apoio dos camponeses, fisicamente em frangalhos, logo se viram sendo *caçados* pelas forças do Exército, que não hesitaram em espalhar o terror pelos vilarejos por onde passaram, em busca de informações acerca do paradeiro dos dois guerrilheiros. Zequinha e Lamarca morreram juntos, enquanto descansavam sob uma árvore, metralhados pelas tropas do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de Salvador, na localidade de Pintada, em 17 de setembro de 1971. Morte do capitão guerrilheiro. Morte de um projeto revolucionário. A trajetória de vida e a morte de Carlos Lamarca confundem-se com a trajetória e a morte da própria luta armada no Brasil.

Após constantes golpes da repressão, a estrutura orgânica do *Oito* estava praticamente desativada no Brasil. Na primeira metade da década de 1970, a luta armada já estava debelada e os militantes, em sua maioria, presos, exilados ou enterrados. Ainda havia saída? O exterior. O Chile de Salvador Allende e da Unidade Popular enchia os corações das esquerdas sul-americanas de esperanças revolucionárias. Um novo fracasso. Um novo golpe. Brasil, 1964. Chile, 1973. Concomitantemente à derrocada da *via chilena* de construção do socialismo, a organização enfrentava um amplo processo de redefinição de rumos. Autocrítica. Polêmicas. Abandonar a luta armada? Novas formas de luta? Que caminho seguir?

No desenrolar destes debates, o *Oito* “rachou” em duas partes: de um lado, o *MR-8 Direção Geral* (MR-8/DG), que reunia o núcleo dirigente que abandonara o Brasil (como Sergio Rubens, João Salgado e Juca Oliveira) e mais alguns dirigentes já no exílio (como Franklin Martins e Carlos Alberto Muniz), que criticavam a luta armada empreendida até então e inspiravam-se nas teses da *Política Operária* (PO) – uma espécie de refundação da ORM-POLOP – que, “situando-se numa perspectiva leninista ortodoxa, criticava sem reservas as ações armadas em curso, consideradas vanguardistas e esquerdistas, defendendo a centralidade da classe operária e a necessidade de concentrar esforços políticos no trabalho junto ao proletariado”³⁴; e de outro lado, o *MR-8 Construção Partidária* (MR-8/CP), que reunia alguns militantes exilados, entre eles Vladimir Palmeira e Daniel Aarão Reis, que também faziam a autocrítica da luta armada, mas recusavam-se a se aproximar das propostas da PO.

O MR-8/CP teve vida curta: após o golpe militar no Chile em setembro de 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet, seus militantes espalharam-se por diversos países e não foi possível manter os vínculos políticos. Já o MR-8/DG chegou a realizar, antes do golpe, uma conferência onde decidiu

³⁴ Marcelo Ayres Camurça y Daniel Aarão Reis *op. cit.*, p. 138.

encerrar as ações armadas e concentrar seus esforços nos trabalhos em sindicatos operários e associações populares no Brasil. A partir de então, reativou contatos e conseguiu articular um trabalho político no interior do país. Junto com a *Ação Popular Marxista-Leninista* (APML) e a *Política Operária*, o MR-8 editou no exterior a revista *Brasil Socialista*, que circulou clandestinamente no Brasil. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, este “novo” MR-8 participou ativamente da reorganização dos movimentos sociais e do processo eleitoral, apoiando candidatos “progressistas” do MDB (atual Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB), partido ao qual acabou integrando-se.³⁵ Em abril de 2009, após décadas dentro do PMDB, os militantes do MR-8 se desligaram do partido e fundaram uma legenda própria: o *Partido Pátria Livre* (PPL).

Assim sendo, o ano de 1973, marcado pelo golpe militar no Chile, também representa mais um importante marco temporal na trajetória do MR-8 – e, dessa vez, um marco final, pelo menos para *esse* MR-8 que estamos analisando. Em 1969, como vimos, a *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), já empenhada nas ações armadas, adotou o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). A mudança de nome, entretanto, não representou uma ruptura em suas táticas e estratégias revolucionárias. DI-GB e MR-8 eram a mesma organização. No entanto, o mesmo não se pode dizer das guinadas empreendidas pela organização a partir de 1973, após os “rachas” sofridos no exterior. Os poucos militantes que restaram do antigo MR-8, após acirradas divergências com seus outrora camaradas, condenaram as ações armadas e iniciaram um novo capítulo na história da organização. Anos mais tarde, o MR-8 seria reorganizado no Brasil, assumindo, porém, uma orientação política bastante diferente da anterior. Nesse caso, ao contrário do que ocorrera em 1969, o nome ainda era o mesmo: *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*. Contudo, consideramos que por suas novas formulações e práticas políticas tratava-se, na verdade, de *uma nova organização*, que se afastou cada vez mais de seu passado revolucionário. Com outra inspiração, novas palavras de ordem e novas formas de luta, entre este MR-8 e seu predecessor medeia um verdadeiro abismo.

Bibliografia

Alberto Berquó *O seqüestro dia-a-dia*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997.

Daniel Aarão Reis y Jair Ferreira de Sá (Comps) *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*, Expressão Popular, São Paulo, 2006.

Fernando Gabeira *O que é isso, companheiro?*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.

³⁵ *Idem*, p. 138-145.

Izabel Priscila Pimentel da Silva *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*, Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

Jacob Gorender *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, Ática, São Paulo, 1999.

Marcelo Ayres Camurça y Daniel Aarão Reis “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”, en Jorge Ferreira y Daniel Aarão Reis (Comps) *Revolução e democracia (1964-...)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

Marcelo Ridenti “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”, en Jorge Ferreira y Daniel Aarão Reis (Comps) *Revolução e democracia (1964-...)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

Marcelo Ridenti *O fantasma da revolução brasileira*, Editora UNESP, São Paulo, 1993.

Sílvio Da-Rin *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2007.

Resumo

O objetivo principal desse artigo é analisar a trajetória de uma das organizações revolucionárias surgidas no cenário brasileiro após o golpe civil-militar de 1964: a *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), posteriormente conhecida como *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). As origens da organização remontam às acirradas divergências internas que cindiram o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Após romper com o partido que lhes dera origem, a Dissidência Comunista da Guanabara exerceu liderança incontestada no movimento estudantil do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que ampliou sua expressão nacionalmente. Com o refluxo do movimento estudantil, ainda no final do primeiro semestre de 1968 e a exacerbação da repressão, a DI-GB passou à militância política além das fronteiras universitárias, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil. A organização alcançou grande notabilidade ao conceber e realizar a captura do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969. Foi no curso desta ação revolucionária que os dissidentes cariocas adotaram o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, organização que assumiu papel de destaque nas ações armadas desencadeadas contra a ditadura civil-militar brasileira no final da década de 1960 e início da década de 1970.

Palavras-Chave: Ditadura – Luta Armada – Movimento Estudantil – Brasil

Resumen

El objetivo principal de este artículo es analizar la trayectoria de una de las organizaciones revolucionarias surgidas en el escenario brasileño luego del golpe civil-militar de 1964: la *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), conocida posteriormente como *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). Los orígenes de la organización remontan a las intensas divergencias internas que fraccionaron el Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tras romper con el partido que le ha dado origen, la *Dissidência Comunista da Guanabara* ha ejercido liderazgo incontestable en el movimiento estudiantil en Rio de Janeiro, mientras ampliaba su alcance nacionalmente. Con el reflujo del movimiento estudiantil, ya en fines del primer semestre de 1968 y el agravamiento de la represión, la DI-GB se ha dirigido hacia la militancia política, más allá de las fronteras universitarias, convirtiéndose a las acciones armadas y alejándose, paulatinamente, del movimiento estudiantil. La organización ha alcanzado gran notoriedad por haber concebido y realizado la captura del embajador de Estados Unidos, en septiembre de 1969. Ha sido en el curso de esta acción revolucionaria que los disidentes cariocas adoptaron el nombre *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, organización que ha asumido el papel de prominencia en las acciones armadas desarrolladas contra la dictadura civil-militar brasileña en fines de la década de 1960 y principios de la década de 1970.

Palabras Clave: Dictadura – Lucha Armada – Movimiento Estudiantil - Brasil

Abstract

The main objective of this paper is to analyze the trajectory of one of the revolutionary organizations arisen in the Brazilian scenery after the civilian/military coup of 1964: the *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), later know as *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). The origins of this organization bring back the unyielding internal disagreements that originated the Brazilian Communist Party (PCB). After broke up permanently with their party of origin, the Guanabara's Communist Dissidence was an undisputed leader amongst the student activism of Rio de Janeiro and became increasingly notorious nationally. With the student activism reflux, in the end of the first semester of 1968, and the exacerbation of repression, DI-GB went further beyond politic militancy in universities, adopting armed force and gradually abandoning student activism. The organization became highly notable for planning and executing the capture of the United States ambassador in September 1969. During this revolutionary action, the dissidents of Rio adopted the name *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, the organization that played an important role in the armed actions against the Brazilian civilian/military dictatorship in the end of the 60's and beginning of the 70's.

Key-Words: Dictatorship – Armed Struggle – Student Activism – Brazil